

A
M
ES.
R

CERCIG

**COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
DE CIDADÃOS INADAPTADOS DA GUARDA**

Anexo do Exercício de 2020

ANEXO**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO****1.1. Denominação da Entidade:**

CERCIG – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Guarda, CRL,
NIPC 500 697 930

1.2. Lugar da Sede Social:

Parque da saúde da Guarda, 6300-996 Guarda

1.3. Natureza da atividade:

Instituição sem fins lucrativos (Cooperativa) com utilidade pública reconhecida que protagoniza a sua intervenção junto dos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socioprofissional), a fim de defender os seus direitos individuais e de cidadania, designadamente para a promoção do direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2. *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes,

A
M
R
E.S.

características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2020 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2019.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

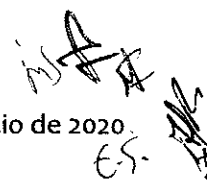
As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

Inventários

- Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são

reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos Obtidos (empréstimos)

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

- Princípio do Acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros créditos a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

MS
E.S.
[Handwritten signature]

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2019, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

13/12/20
6-1

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis:						
* Terrenos e recursos naturais	12 469,95 €	- €	12 469,95 €	12 469,95 €	- €	12 469,95 €
* Edifícios e outras construções	3 677 612,08 €	1 488 193,34 €	2 189 418,74 €	3 660 385,33 €	1 383 049,19 €	2 277 336,14 €
* Equipamento básico	891 069,86 €	716 217,07 €	174 852,79 €	886 785,86 €	686 757,16 €	200 028,70 €
* Equipamento de transporte	418 181,80 €	393 788,15 €	24 393,65 €	405 001,80 €	388 471,90 €	16 529,90 €
* Equipamento administrativo	157 610,72 €	156 327,22 €	1 283,50 €	155 228,10 €	155 022,20 €	205,90 €
* Outros activos fixos tangíveis	2 047,53 €	2 047,53 €	- €	2 047,53 €	2 047,53 €	- €
* Investimentos em Curso	345 241,31 €	- €	345 241,31 €	210 630,32 €	- €	210 630,32 €
Total.....	5 504 233,25 €	2 756 573,31 €	2 747 659,94 €	5 332 548,89 €	2 615 347,98 €	2 717 200,91 €

Os investimentos em curso referem-se maioritariamente à aquisição em 2018 do imóvel do Centro Social e Paroquial de Maçainhas, ao ERPI de Maçainhas e às Unidades Residenciais Casa do Caseiro.

Handwritten notes:
 A
 13/12
 E.S.
 MR

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2019	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2020
Outros ativos tangíveis:								
* Terrenos e recursos naturais	12 469,95 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12 469,95 €
* Edifícios e outras construções	2 277 336,14 €	17 226,80 €	- €	- €	105 144,15 €	- €	- €	2 189 418,79 €
* Equipamento básico	200 028,70 €	5 023,00 €	- €	- €	30 198,91 €	- €	- €	174 852,79 €
* Equipamento de transporte	16 529,00 €	13 180,00 €	- €	- €	5 316,25 €	- €	- €	24 392,75 €
* Equipamento administrativo	205,90 €	1 643,62 €	- €	- €	566,02 €	- €	- €	1 283,50 €
* Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
* Investimentos em curso	210 630,32 €	134 610,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	345 241,31 €
Total.....	2 717 200,91 €	171 684,41 €	- €	- €	141 225,33 €	- €	- €	2 747 659,99 €

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida
 Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de desenvolvimento	780,50 €	780,50 €	0,00 €	780,50 €	780,50 €	0,00 €
Programas de computador	8 913,73 €	8 913,73 €	0,00 €	8 913,73 €	8 796,67 €	117,06 €
Total	9 694,23 €	9 694,23 €	0,00 €	9 694,23 €	9 577,17 €	117,06 €

int. A. R. S. I.

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2019	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Quantia escriturada 31/12/2020
Projectos de desenvolvimento	0,00 €				0,00 €		0,00 €
Programas de computador	117,06 €				117,06 €		0,00 €
Total	117,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	117,06 €	0,00 €	0,00 €

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. IMPARIDADE DE ATIVOS

6.1. Para cada classe de ativos:

a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Outros devedores		24.600,00		24.600,00
Totais	0,00	24.600,00	0,00	24.600,00

b) Quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período (com indicação da linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

A demonstração de resultados apresenta o montante global de 24.600 euros de perdas por imparidade de dívidas de outros créditos e ativos não correntes.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço apresentava o montante de 24.600 euros relacionado com a dívida a receber resultante de adiantamentos a fornecedores de investimento com elevada antiguidade. No final de 2020 a instituição tinha esgotado todas as possibilidades de cobrança no sentido de receber tais dívidas, pelo que o Conselho de Administração entendeu a necessidade de resolver tal situação reconhecendo uma perda por imparidade pelo valor total.

Handwritten notes and signatures: "L.S.", "G.S.", and a signature.

Em 31 de Dezembro de 2020 não existem mais situações objetivas e relevantes de reconhecimento de perdas por imparidade dos ativos apresentados no balanço.

7. INVENTÁRIOS

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4 455,31 €	- €	4 455,31 €	6 818,67 €	- €	6 818,67 €
Total	4 455,31 €	- €	4 455,31 €	6 818,67 €	- €	6 818,67 €

Movimentos	Mercadorias	Mat.-primas, subsid. consumo
Inventários iniciais	- €	6 818,67 €
Compras	6 119,78 €	15 487,15 €
Regularização de inventários	- €	- €
Inventários Finais	- €	11 152,91 €
Gasto do período.....	6 119,78 €	11 152,91 €

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento

Handwritten signatures and initials.

das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de terceiros são excluídas do réditio.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019	Varição
Vendas de bens	10 293,58 €	14 795,98 €	-4 502,40 €
Prestação de serviços	243 844,19 €	301 610,62 €	-57 766,43 €
Juros	957,85 €	1 779,83 €	-821,98 €
Total....	255 095,62 €	318 186,43 €	-63 090,81 €

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Provisões	Saldo inicial	Diminuição (utilização)	Aumento	Reversão	Saldo final
Pensões					- €
Impostos					- €
Garantias a clientes					- €
Processos judiciais em curso					- €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €
Matérias ambientais					- €
Contratos Onerosos					- €
Reestruturação					- €
Outras provisões					- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Em 31/12/2020 não se verifica nenhum passivo contingente.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

+
 WS #
 E-S.
 JRP

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	1 122 665,46 €		44 969,51 €	1 077 695,95 €
Total.....	1 122 665,46 €	- €	44 969,51 €	1 077 695,95 €

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

A Instituição teve aprovado e em curso um projeto de investimento para a construção de um edifício novo e aquisição de equipamentos (Lar Residencial), o qual tem subjacente um subsídio não reembolsável ajustado de 663.991,63 euros, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foi contabilizado como componente o fundo patrimonial.

Está também considerado no fundo patrimonial um subsídio não reembolsável no montante de 75.000 euros relacionado com investimento iniciado no exercício de 2013, consubstanciado na construção de um centro especial de emprego, aprovado pela iniciativa comunitária Programa Operacional Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha (POCTEP), no âmbito do projeto “RED AMBASAGUAS”.

No exercício de 2013 foram também reconhecidos nesta conta de subsídios ao investimento dos Fundos Patrimoniais dois contratos relacionados com candidaturas da Instituição ao Programa Energia do PO Centro – Mais Centro, para efeitos de melhoria da utilização racional da energia e eficiência energética ambiental em equipamentos coletivos. Tais intervenções foram efetuadas no edifício Sede e no Bloco E – CRP e respeitam a investimento ao nível de painéis solares, iluminação e certificação energética. O total ajustado das participações aprovadas cifra-se em 171.337,96€, valor já recebido na totalidade em anos anteriores.

Para além destes subsídios, estão reconhecidos no fundo patrimonial sete subsídios provenientes de investimentos realizados e recebidos integralmente em anos transatos.

No corrente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 44.969,51€ euros, ficando a rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais – Subsídios” a apresentar um valor de 1.077.695,95 euros.

Foram ainda reconhecidos na demonstração de resultados do corrente exercício 1.845.211,39€ euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, relacionados com as entidades descritas na alínea e) seguinte.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IFAP
- ERASMUS

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos correntes, Financiamentos obtidos e investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

11.2. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

A rubrica de outros créditos e ativos não correntes do balanço inclui 24.600 euros relacionados com dívidas a receber resultantes de adiantamentos a fornecedores de

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large cross-like symbol and some illegible scribbles.

investimentos, com elevada antiguidade e cujo risco de incobrabilidade, sendo então definido que a sua duração residual seja superior a um ano.

11.3. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

Ver notas seguintes.

11.4. A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos correntes/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos financeiros e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes e não correntes

MS AA
E.S.

Rubricas	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Créditos a receber - não corrente	603.612,88 €	24.600,00 €	579.012,88 €	826.935,37 €	- €	826.935,37 €
Clientes e utentes (créditos a receber)	36.211,67 €	- €	36.211,67 €	29.426,18 €	- €	29.426,18 €
Créditos a receber - corrente	454.892,61 €	- €	454.892,61 €	530.925,32 €	- €	530.925,32 €
Total do Activo.....	1.094.717,16 €	24.600,00 €	1.070.117,16 €	1.387.286,87 €	- €	1.387.286,87 €
Passivos						
Fornecedores	67.596,54 €	- €	67.596,54 €	58.474,94 €	- €	58.474,94 €
Outros passivos correntes	274.331,88 €	- €	274.331,88 €	203.728,91 €	- €	203.728,91 €
Total do Passivo.....	341.928,42 €	- €	341.928,42 €	262.203,85 €	- €	262.203,85 €

11.4.2. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Financiamentos obtidos» do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

11.4.3. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubrica	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos Financeiros						
* Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	816,35 €	- €	816,35 €	816,35 €	- €	816,35 €
* Fundo Compensação do Trabalho	14.056,32 €	- €	14.056,32 €	12.501,02 €	- €	12.501,02 €
Total.....	14.872,67 €	- €	14.872,67 €	13.317,37 €	- €	13.317,37 €

11.4.4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

T
M) ES.
12

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	7 992,60 €	9 299,39 €
Depósitos à ordem	939 715,00 €	940 629,58 €
Depósitos a prazo	442 500,00 €	303 500,00 €
Total.....	1 390 207,60 €	1 253 428,97 €

A instituição é titular de uma conta bancária na CGD a qual não tem reflexo nos registos contabilísticos por respeitar a valores de utentes à guarda da CERCIG cuja gestão e movimentação é efetuada por técnica responsável.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários durante o período foi de 79, enquanto que em 2019 foi de 77. Em 31/12/2020 o número de colaboradores era de 79. O órgão diretivo (Conselho de Administração) é constituído por cinco elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações do Pessoal	972.090,68 €	954.461,31 €
Indemnizações	4.542,17 €	- €
Encargos sobre remunerações	205.569,88 €	197.553,07 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.551,85 €	10.954,92 €
Outros gastos com o Pessoal	5.833,81 €	9.197,15 €
Total.....	1.192.588,39 €	1.172.166,45 €

12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de Abril de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O ano 2020 foi marcado por grandes alterações de estilo de vida pessoal e profissional a que a empresa soube rapidamente adaptar-se, para saúde e segurança de todos os seus profissionais. Implementaram-se, para além de novas medidas básicas de desinfeção e higiene individual no contexto da pandemia COVID-19, uma série de alterações estruturais, como por exemplo uma reorganização dos horários de trabalho ou a disseminação da prática de teletrabalho por todos os serviços.

Em concreto e já também em 2021, a entidade foi obrigada a suspender grande parte da sua atividade, tendo tal situação implicado um efeito negativo ao nível de cobranças de mensalidades de utentes e clientes. Por outro lado a pandemia veio indubitavelmente aumentar os gastos da Instituição, nomeadamente quer no que se refere a equipamentos e consumíveis de EPI (equipamentos de proteção individual) quer ao nível da higienização periódica de equipamentos e instalações.

Neste sentido a Administração entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes do aparecimento e agravamento da pandemia COVID-19, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do rédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações

financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

14.1. Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

15.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

15.1.1. Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2021, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração quanto a termos de aceitação de candidaturas que vão ser reconhecidos em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo.

15.1.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

W A A
G.S.

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o valor acrescentado	13 140,02 €	- €	13 140,02 €	14 847,58 €	- €	14 847,58 €
Total do activo.....	13 140,02 €	- €	13 140,02 €	14 847,58 €	- €	14 847,58 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Retenção de impostos s/ rendimento	6 639,26 €	- €	6 639,26 €	7 352,51 €	- €	7 352,51 €
Imposto sobre o valor acrescentado	4 131,97 €	- €	4 131,97 €	4 308,96 €	- €	4 308,96 €
Contribuições p/ Segurança Social	22 842,98 €	- €	22 842,98 €	23 536,01 €	- €	23 536,01 €
FCT	299,22 €	- €	299,22 €	291,05 €	- €	291,05 €
Total do passivo.....	33 913,43 €	- €	33 913,43 €	35 488,53 €	- €	35 488,53 €

15.1.3. Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas da demonstração de resultados de «Outros gastos» e «Outros rendimentos» apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Outros gastos		
* Impostos	2.970,35 €	628,32 €
* Correções relativas a períodos anteriores	635,54 €	3.081,01 €
* Donativos	1.333,12 €	1.008,30 €
* Quotizações	1.770,00 €	2.002,00 €
* Multas e penalidades	0,49 €	101,20 €
* Subsídios, donativos, bolsas de estudo	139.357,38 €	164.236,85 €
* Juros de Mora	5,38 €	- €
* Outros não especificados	19,95 €	- €
Total.....	146.092,21 €	171.057,68 €
Outros rendimentos		
* Rendimentos suplementares	34,85 €	808,23 €
* Correções relativas a períodos anteriores	2.769,07 €	1.974,15 €
* Ganhos em inventários	- €	514,00 €
* Rendimentos em investimentos não financeiros	770,00 €	346,97 €
* Imputação de subsídios ao investimento	44.969,51 €	47.492,67 €
* Restituição de impostos	5.600,55 €	- €
* Donativos	4.753,12 €	13.183,89 €
* Outros não especificados	487,45 €	4.091,73 €
Total.....	59.384,55 €	68.411,64 €

Handwritten marks and initials, including a cross symbol and the letters 'E-S'.

15.1.4. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e serviços externos e apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2020	31/12/2019	Variação
* Subcontratos	- €	- €	- €
Serviços Especializados			
* Trabalhos Especializados	203 633,16 €	230 727,47 €	- 27 094,31 €
* Publicidade e Propaganda	38,13 €	- €	38,13 €
* Honorários	50 583,60 €	46 693,27 €	3 890,33 €
* Comissões	431,56 €	- €	431,56 €
* Conservação e Reparação	41 506,25 €	29 188,30 €	12 317,95 €
* Serviços bancários	- €	- €	- €
* Outros	39,06 €	612,79 €	- 573,73 €
Materiais			
* Ferramentas e ut. desg. rápido	35 549,73 €	18 789,22 €	16 760,51 €
* Livros e documentação técnica	- €	- €	- €
* Material de escritório	1 440,72 €	1 730,48 €	- 289,76 €
* Artigos para oferta	718,96 €	715,94 €	3,02 €
* Outros	- €	1 309,51 €	- 1 309,51 €
Energia e Fluidos			
* Electricidade	26 286,62 €	30 267,58 €	- 3 980,96 €
* Combustíveis	28 685,67 €	42 833,64 €	- 14 147,97 €
* Água	11 460,23 €	9 198,68 €	2 261,55 €
* Gás	25 674,84 €	13 536,53 €	12 138,31 €
Deslocações, estadas e transportes			
* Deslocações e estadas	463,61 €	1 476,27 €	- 1 012,66 €
* Transportes de pessoal	- €	999,55 €	- 999,55 €
Serviços diversos			
* Rendas e alugueres	517,20 €	- €	517,20 €
* Comunicação	3 866,20 €	2 958,98 €	907,22 €
* Seguros	16 917,98 €	11 334,12 €	5 583,86 €
* Limpeza, higiene e conforto	36 793,35 €	25 995,77 €	10 797,58 €
* Vestuário e Calçado de Utentes	754,55 €	1 713,10 €	- 958,55 €
* Encargos de Saúde	1 239,67 €	1 917,68 €	- 678,01 €
* Inscrição em Provas / Jogos	142,00 €	173,06 €	- 31,06 €
* Outros	2 569,09 €	6 348,16 €	- 3 779,07 €
Total.....	489 312,18 €	478 520,10 €	10 792,08 €

15.1.5. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício:

Valências	Nº Médio de Utentes
VE - Valência Educativa	4
CAO - Centro de Atividades Ocupacional	60
FP - Formação Profissional	30
CRI - Centro Recursos Inserção	190
ATL - Atividades Tempos Livres	6
RSI - Rendimento Social de Inserção	470
IP - Intervenção Precoce	75
SAD - Serviço Apoio Domiciliário	15
Unidades Residenciais	17
Lar Residência e Residência Autónoma	29
Total.....	896

Guarda, 7 de abril de 2021

O Contabilista Certificado,

CC nº 7086

O Conselho de Administração,

Joaquim Contenteiro

Maria de Fátima de Almeida Macis

Aluanda Luís Gomes Ribeiro